

PAINEL

**EDUCAÇÃO E MEIOS RURAIS:
O PRESENTE E O FUTURO**

Dr. Carmelo Aires

Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com o último painel, sob o título “Educação e Meios Rurais: o Presente e o Futuro”.

Na ausência do Professor Marçal Grilo e por troca com o Prof. Ilídio do Amaral, assumirei as funções de moderador deste painel.

Tive conhecimento há pouco de que, por motivos imprevistos e de última hora, o Prof. Fortunato Queirós, professor do Instituto Politécnico de Portalegre, não poderá estar aqui presente, de modo que ouviremos os outros três participantes, que passo a apresentar:

À minha direita a Dr.^a Ernestina Sá, Directora Regional de Educação do Alentejo. À sua direita o Dr. Alberto Melo e, à minha esquerda, o Prof. Doutor Eduardo Figueira, da Universidade de Évora.

Os intervenientes acederam simpaticamente ao meu pedido para que sintetizassem as suas contribuições, uma vez que estamos muito atrasados. O dia já vai longo e os assistentes estarão um pouco maçados, não por os trabalhos não terem sido interessantes, decerto!... Além do mais, gostaria de dar posteriormente possibilidade a algum comentário por parte de quem o julgue oportuno.

Não demorando mais tempo, passava de imediato a palavra e em primeiro lugar, pela ordem constante no programa, ao Prof. Eduardo Figueira.

Prof. Doutor Eduardo Figueira

Pró-Reitor da Universidade de Évora

Muito boa tarde.

Em primeiro lugar, começaria por saudar o Conselho Nacional de Educação e a Comissão de Coordenação da Região Alentejo por terem criado esta oportunidade de reflexão sobre aquilo que, na fase que atravessamos, considero ser fundamental e urgente para o desenvolvimento no meio rural. É fundamental não só pelos assuntos e problemas que teremos oportunidade de analisar e discutir, mas também porque tenho a sensação, algo desagradável, de que começa a escassear o tempo para evitar caminhos irreversíveis no que respeita à degradação do meio rural e da ruralidade, aspecto este que alguns tratam como um estigma, mas que eu considero constituir enorme virtude para o desenvolvimento do nosso País.

A minha reflexão vai centrar-se essencialmente na relação ensino universitário-meio rural. Isto não significa, contudo, que os outros níveis de ensino sejam menos importantes para o Desenvolvimento Rural. Para além de não ser capaz, em tão pouco tempo, de abarcar todo o processo de educação, existem outras pessoas neste painel que conhecem, melhor do que eu, a problemática relativamente aos níveis de ensino não universitário.

Já aqui foi feito, hoje, um diagnóstico do meio rural: desertificação humana, desertificação física, faltas várias, como a de recursos humanos qualificados e de políticas adequadas, etc. No entanto, penso que valerá a pena, quanto mais não seja para centrar e ser mais conciso na minha reflexão, fazer um enquadramento desse diagnóstico, ou seja, sistematizar o que se passa, de facto, neste momento no meio rural. Isto é, apresentar uma sistematização das questões fundamentais com que a maioria das regiões rurais portuguesas se debate no

presente. Esta sistematização, inserida nas conclusões do seminário *Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural*, realizado, em Fevereiro passado, em Messejana e no qual participei como relator, foi apresentada pelo Prof. Roque Amaro. Passo a citar:

“As principais questões do meio rural podem ser enquadradas em quatro tipos de desintegração: (1) desintegração económica, (2) desintegração social, (3) desintegração cultural, e (4) desintegração ambiental.

A desintegração económica derivada, entre outros factores, da globalização da economia e das políticas económicas que têm sido seguidas, caracteriza-se essencialmente pela crise da agricultura e pelo processo de desertificação humana e física a que o meio rural está actualmente sujeito.

A desintegração social, consequência das profundas migrações que têm origem não só na desintegração económica como na falta de expectativas para quem vive no meio rural, tem provocado a desestruturação familiar e social nos meios rurais.

A desintegração cultural, resultado do universalismo cultural veiculado essencialmente pelas novas formas de comunicação, vai progressivamente acabando com a diferença cultural, base da riqueza ímpar constituída pelos valores e tradições culturais e artefactos próprios de cada local.

A desintegração ambiental, derivada essencialmente da desertificação humana, levará à destruição do património ambiental e cultural, que só a presença humana pode conservar.”

Face a este quadro, a sensação que tenho é que o futuro apresenta-se efectivamente bastante desconhecido para todos nós. Por um lado, as regiões rurais estão sujeitas a um processo acelerado de desertificação humana e a agricultura, principal fonte de rendimento do mundo rural, está a diminuir drasticamente. Por outro lado, face ao declínio da sociedade industrial e à crise das cidades, assiste-se ao aumento do desemprego e à desilusão daqueles que, à procura de emprego nas zonas urbanas, porque o não têm no campo, vão criando frustrações e, por vezes, também problemas sociais nas próprias cidades.

A questão, para a qual não tenho resposta concreta, é saber, face a esta situação, como poderemos nós construir e implementar uma solução de desenvolvimento para o meio rural? Isto é, que garantia podemos nós ter para, usando as palavras de hoje do Prof. Alberto Melo, evitar, de uma vez por todas, embarcar em falsas partidas?

A resposta não é fácil, nem simples. Julgo, contudo, ser indesmentível que, quaisquer que sejam os objectivos estratégicos do desenvolvimento para o meio rural, o desenvolvimento dos recursos humanos, e por isso a educação, formal e não-formal, inicial e contínua, constitui com certeza a base essencial da sua eficácia. Quero, no entanto, lembrar agora uma das preocupações do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, expressa na mensagem que enviou a este seminário. Dizia ele para não cairmos na tentação de considerarmos que a educação é a panaceia para todos os males. Não, eu também penso que não o é. O essencial é que, a uma política educativa, se associem outras sectoriais e que, fundamentalmente para além disso, se faça a integração dessas políticas ao nível da sua aplicação tomando em consideração a expressividade do local para onde se dirigem; políticas sectoriais, isoladamente concebidas e aplicadas, não são portadoras de desenvolvimento harmonioso, como já está amplamente demonstrado.

Permitam agora que me concentre mais na questão central da minha reflexão, isto é, a relação universidade-meio rural. Antes, porém, julgo importante enunciar alguns pressupostos fundamentais.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que os seres humanos, sendo e sentindo-se imperfeitos e inacabados, procuram constantemente a perfeição e, como tal, têm o dom de inovar e criar tendo em vista satisfazer as suas necessidades. Aliás, é por isso que existe educação. Somos seres imperfeitos e inacabados e procuramos a perfeição.

Em segundo lugar, reconheçamos que o paradigma do ciclo de vida em três fases - **idade da aprendizagem, idade do trabalho e idade do descanso** - está completamente ultrapassado. Já hoje tomámos conhecimento de vários testemunhos sobre esta questão. Este paradigma tem agora outros contornos, já que enfrenta novos desafios, sendo o ritmo de inovação talvez o de maior acuidade e dificuldade, e assenta essencialmente no facto de a idade da aprendizagem ser coincidente com a própria vida. Aprender é viver e viver é aprender. Isto é, os seres humanos têm a capacidade de aprender ao longo da vida, aspecto que constitui uma característica inerente à própria natureza humana.

Em terceiro lugar, devemos ainda reconhecer que o ritmo da inovação é de tal forma acelerado que, no mesmo ciclo de vida, na mesma geração, acontecem inovações e transformações que põem em causa os conhecimentos anteriores e, por outro lado, requerem novas habilidades para a sua utilização. Quer dizer que o conhecimento tem uma vida útil muito curta. (Costumo dizer aos meus estudantes para não acreditarem no que eu digo, pois hoje pode ser verdade e amanhã não o ser).

Como pode então a universidade ajudar a encontrar a resposta à crise do meio rural?

Penso que temos de reflectir profundamente sobre esta questão, no sentido de encontrar uma **universidade de novo tipo**. Não quero dizer com isto que o ensino universitário actual não seja de modo algum benéfico, ou que não tenha as suas virtudes; pretendo dizer que são necessárias novas orientações para a universidade.

Na minha perspectiva, o ensino universitário deve orientar-se para um objectivo estratégico essencial: apetrechar o indivíduo e a sociedade com as ferramentas indispensáveis à análise das situações, ao enquadramento das soluções e à tomada de decisão diante das alternativas existentes. Não é mais possível estar a dizer ao estudante que este problema resolve-se desta ou daquela forma na expectativa de que ele, quando se licenciar, faça exactamente o mesmo. O fundamental do ensino universitário deve centrar-se no desenvolvimento da habilidade para **aprender a aprender**.

Para que isto seja possível, é necessário introduzir grandes e complexas alterações no sistema de ensino universitário (formal e não-formal), das quais me atrevo a enunciar algumas, tendo como horizonte o meio rural:

1. A instituição universitária deverá manter, em estudo constante, as necessidades de formação do meio rural, procurando conhecer inclusivamente as necessidades futuras, de médio e longo prazo.
2. Os cursos deverão ser encurtados e a estrutura curricular deverá ser organizada em moldes de natureza mais flexível, que permita maior diversidade de oferta e que, como tal, permita a saída de licenciados com perfis académicos e capacidades profissionais

diferenciados. É errado que o engenheiro zootécnico, o engenheiro agrícola, o biólogo e o historiador saiam todos da Universidade de Évora exactamente com o mesmo perfil. Devemos não só aproveitar as capacidades de cada um, como ainda utilizar a riqueza da diversidade dos perfis académicos e capacidades profissionais para responder à indispensável diversificação das actividades do meio rural.

3. Deverá promover-se uma estreita ligação entre o ensino e a realidade do meio rural, que pode ser conseguida de diversas maneiras. Já ouvimos hoje de manhã as pessoas ligadas a projectos de desenvolvimento local queixarem-se de que isto não acontece. Na universidade tem-se exactamente a mesma percepção; mas eu olho para esta plateia e vejo muito poucos professores do ensino superior. Urge, cada vez mais, envolver a universidade na questão do meio rural.

Uma das formas de estreitar a ligação do ensino com a realidade rural é através do chamado **serviço à comunidade**; a missão da universidade não consiste apenas nas funções **ensino** e **investigação**. Por mais que possa parecer que a função **serviço à comunidade** seja fundamentalmente para prestar um serviço directo, é essencial reconhecer que a compatibilização dos “curricula” com a realidade concreta (e não com a virtual), é talvez o resultado mais relevante das experiências vividas por professores e estudantes. Parecem-me assim pertinentes as seguintes perguntas:

Porque não fazer estágios curriculares? Porque não intercalar, nos cursos ligados ao meio rural, estágios curriculares nas associações de desenvolvimento local ou nas autarquias? Porque não fazer visitas de estudo sistemáticas, pondo as entidades envolvidas com o desenvolvimento local a mostrar o que se

passa, a analisar os problemas e a explicar como foram encontradas as soluções? Porque não trazer os técnicos de desenvolvimento local à universidade a proferir conferências integradas nos ensinamentos formais e não-formais? Porque não fazer projectos de investigação em colaboração com essas mesmas entidades? E porque não estabelecer ligações institucionais entre a universidade e todas essas entidades, de forma a conseguir uma maior sinergia, uma maior compreensão?

O que de facto se passa é que nem a comunidade universitária conhece bem o que se passa no desenvolvimento local, nem as entidades envolvidas no desenvolvimento local conhecem bem a realidade universitária.

4. A nova filosofia deve chegar também ao método de ensino, isto é, transformar o docente numa espécie de facilitador de aprendizagem, centrando o processo no estudante e suas necessidades. É muito mais importante ajudar alguém a aprender - e aprender simultaneamente com esse alguém - do que estar a declamar coisas investigadas ou que vêm em livros. É essencial haver diálogo para haver aprendizagem. Isto requer, contudo, a exigência da formação pedagógica de formadores para os docentes do ensino superior.
5. É preciso fazer uma ligação estreita entre o ensino formal e o não-formal, de modo a estabelecer-se uma verdadeira formação contínua centrada nos problemas e necessidades dos indivíduos e comunidades que vivem nos meios rurais. Com este ritmo acelerado de transformações e de inovações, as pessoas não podem dizer que aprenderam, sabem tudo, e vão então trabalhar. As pessoas têm que vir constantemente à universidade - ou esta tem que ir até elas - de forma a que se mantenham em permanente aprendizagem, em contacto umas com as outras,

actualizando-se, recriando, inovando e equacionando novas soluções para novas questões, para fazer face a novos desafios.

Por último, gostaria de voltar à preocupação expressa na mensagem do Prof. Marçal Grilo; diria então que não é possível, de facto, resolver a questão do meio rural apenas com uma boa educação e com uma boa política educativa. É essencial promover a concertação de várias políticas, de forma complementar e tomando em consideração a expressividade do local. Neste ponto, não posso deixar de me referir àquilo que considero ser fundamental levar a cabo, o mais urgentemente possível, para que aquela concertação possa ter lugar: a regionalização. Não é possível avançar para este tipo de ensino, para esta forma de conhecer e equacionar os problemas do meio rural, avançando para melhores soluções, sem que haja uma descentralização da capacidade de decisão, sem que haja uma aproximação cada vez maior da tomada decisão ao nível onde se executam as coisas.

Dr. Alberto Melo

Devo confessar um certo embaraço, porque os temas são muito complexos e o tempo é muito curto, mas efectivamente tenho que respeitar o vosso esforço de todo o dia e tentarei cingir-me ao tempo que me foi atribuído.

Quero começar por uma citação que me ocorreu quando preparei esta alocução. Encontrei uns textos muito curiosos e muito relevantes para a nossa problemática, por exemplo um de um senhor chamado Paul Hoffman, que diz que o melhor meio de remediar o urbanismo consiste em melhorar a situação económica dos camponeses. Diremos que isto não é novidade, mas é um texto de 1930.

Esta problemática não é de hoje, surge noutros textos, e passo a citar palavras de 1947: “Portugal não tem agricultura organizada. Todas as tentativas têm falhado. É costume atribuir o insucesso à pobreza do solo, ao regime irregular das chuvas, ao baixo nível de vida do camponês, à pulverização e disseminação da propriedade, à impossibilidade de concorrer com os preços estrangeiros.” É uma análise de Mário Gonçalves Viana, que fala da crise da agricultura e que diz que os problemas não são só estes que apresenta, mas outros muito mais graves e profundos, pois advêm de um problema de mentalidade. Diz ele: “Sem espírito rural, sem consciência rural, sem mentalidade agrária não poderá haver uma agricultura próspera. No nosso país parece não existir verdadeiro sentimento rural. O país desconhece-se a si próprio e há falta de confiança no esforço próprio e nas possibilidades próprias.” Mais adiante refere que, sendo um problema de mentalidade, deverá ter uma tentativa de solução pedagógica, mas “a escola tem agravado os erros de uma civilização urbanística, criando a enganosa miragem da cidade. Mas a escola é também um factor básico para a formação da consciência rural de um povo”.

Temos aqui uma questão com uma certa ambiguidade, em que a escola é por um lado apresentada, e justificadamente, como um dos meios de reforçar e motivar o êxodo rural, porque foi uma transplantação de um instrumento urbano para o meio rural, funcionou como uma bomba de aspiração demográfica para as cidades, mas ao mesmo tempo é na escola, e com ela, que contamos para poder transmitir essa tal mentalidade rural que, pelos vistos, faltava há 50 anos - e que temos que admitir que continua a faltar nos dias de hoje -, para ter uma intervenção relevante no nosso mundo rural.

Aquilo a que temos assistido nos últimos anos mostra um grande desconhecimento dos decisores relativamente aos reais problemas do interior do país e da sociedade rural portuguesa. Como também já se

disse na parte da manhã, todo um processo educativo que se deve levar por diante terá certamente que começar, ou não esquecer, a educação dos decisores sobre o que são estas realidades.

A tarefa é tremenda, claro que os tempos são difíceis, mas só temos duas opções: ou cruzar os braços e desistir, ou tentar agir. Foi isto que, juntamente com um grupo de amigos e colaboradores, tenho tentado fazer de há 10 anos para cá, numa zona votada à inexistência pelas grandes forças macro-económicas e macro-políticas, actuantes não só a nível nacional, mas europeu e internacional. É uma zona de serra, uma zona de transição entre o Alentejo e o Algarve, uma zona, infelizmente como muitas outras no interior do nosso país, em curso de despovoamento e em risco iminente de desertificação.

Na Serra do Caldeirão estamos a intervir desde 1984/85 naquilo que consideramos ser um processo educativo. Põe-se logo a questão da educação. Considero-a um processo de autonomização pessoal, um processo que deve visar a autonomização dos participantes - tanto o formador como o formando -, que pouco a pouco se vão aproximando um do outro, até entrar num clima de diálogo e de intercâmbio de informações e de conhecimentos.

Se partirmos dessa noção de educação, temos que chegar à conclusão de que, quando trabalhamos num meio como o rural, as pessoas com quem contactamos, especialmente as mais velhas, são mais educadas do que nós, mais educadas do que as novas gerações. São mais autónomas, formaram-se para a autonomia, são independentes em grande margem porque sabem fazer ou produzir aquilo que consomem, têm um conhecimento polivalente sobre a produção, desde a da sua própria casa à dos alimentos de vários tipos, têm um tipo de relacionamento com a natureza e maneira de a explorar de forma sustentada, e aí está um tipo de educação que a escola não dá.

A escola forma actualmente consumidores, forma funcionários públicos, forma pessoas para saberem ganhar um salário ao fim do mês, mas não forma indivíduos para a autonomização pessoal. Esta é uma noção de educação que eu apelidaria de estrutural, no sentido da autonomia pessoal das pessoas. Há uma educação conjuntural, para a sociedade do nosso tempo, e então poderemos dizer que as gerações mais velhas do meio rural não estão formadas para a sociedade de hoje. São pessoas que não podem encontrar facilmente um emprego, daí também os limites a este tipo de autonomia. Hoje em dia, com as grandes mutações sociais, estas pessoas não têm efectivamente uma educação que as capacite para a mudança. Tinham e têm uma educação para um determinado tipo de sistema de produção e de organização económica e social, mas esta forma de cultura, que se propagou ao longo de gerações, está fundamentalmente em crise.

Com este tipo de premissas, o processo educativo que pretendemos lançar de há 10 anos para cá tinha que ser um processo de acção-investigação. Não somos meros interventores, somos pessoas que querem aprender, quase todos do meio urbano e que fomos, de espírito aberto, tentar compreender uma realidade que não compreendíamos, mas sobre a qual queríamos intervir, para travar ou minimizar o êxodo rural. Não o podíamos fazer através de ideologias e de conceitos, tínhamos que o fazer através de um conhecimento da realidade adquirido precisamente através da intervenção e capaz de a melhorar permanentemente.

Foi um processo em que aprendemos imenso e suponho que muitos outros que conosco participaram, habitantes destas aldeias, também terão aprendido qualquer coisa. Fundamentalmente, uma maior visão do que é a sociedade de hoje, as suas mutações em curso, como podem equipar-se para as gerir e fugir a coletos de forças culturais, como era a cultura local tradicional e como é a ideologia economicista presente.

Criámos uma associação de cidadãos - a “In Loco” - com a qual tentámos provar que é possível hoje a um grupo de cidadãos intervir activamente na sua sociedade. É um direito e um dever de cidadania fazê-lo e hoje em dia o desenvolvimento local oferece uma plataforma talvez única para este tipo de intervenção.

Quando lançámos a associação adoptámos o lema de pensar globalmente e agir localmente, não original, mas que caracterizava o que pretendíamos e pretendemos ainda fazer. Trata-se de uma acção directa local que ajude a dar algumas respostas ao quotidiano da população. Não somos onnipotentes, nem de perto, nem de longe, e os nossos recursos são limitadíssimos. Analisamos todo o processo que conduzimos, para que ele não seja apenas mais um fogo de artifício que embeleza um certo momento ou localidade, mas que possa ser transferível, comparável e analisado num sentido de poder vir a generalizar-se, não certamente nos seus aspectos mais concretos mas, fundamentalmente, na metodologia e nos métodos e instrumentos adoptados, na maneira de abordar a educação como factor de transformação social, da realidade e das mentalidades.

Fizemos da nossa fraqueza força. Sendo uma associação de meras pessoas, sem receitas próprias, éramos demasiado fracos para meter medo a quem quer que fosse, facto que talvez nos tenha dado força, porque conseguimos que aderissem ao processo as mais diversas instituições, autarquias, serviços públicos, estabelecimentos de ensino dos vários níveis, fundações portuguesas e estrangeiras. Fomos agregando toda uma série de vontades e de apoios ao longo destes 10 anos. A fraqueza também se transformou em força na medida em que nos obrigou necessariamente a criar pequenas parcerias para qualquer projecto que quiséssemos lançar.

Começámos com as crianças, criando centros de animação infantil. Efectivamente, não havia um número suficiente de crianças que justificasse o jardim de infância na maior parte das aldeias, portanto

houve que inventar fórmulas diferentes e novo equipamento. Descobrimos, juntamente com as comissões de famílias organizadas, a fórmula “Centro de Animação Infantil”, frequentado por crianças desde os 3 anos de idade, que ali permanecem até aos 12-13 anos. Conseguiram-se 25, 30, 40, 50 crianças, para valências diferentes, em salas diferentes, com animadores diferentes, mas organizando oportunamente de forma comum certas actividades.

Parece-me que a ideia de um ensino básico integrado encontra também aqui uma expressão concreta. Foi essa a fórmula que encontramos para meios de grande dispersão demográfica em que foi possível constituir um certo serviço, num edifício único, com uma sinergia de equipamentos, de pessoas e de mais recursos. Tal se fez, como foi dito, através das comissões de famílias, que mais tarde se transformaram em associações de aldeia ou associações de freguesia e conseguiram assinar um protocolo com os centros regionais de segurança social, sendo consideradas IPSS/ Instituições Particulares de Solidariedade Social e estando hoje em dia a gerir de forma autónoma estes centros de animação infantil. É esta aliás a nossa forma de trabalhar, transferindo regularmente poderes e o controlo dos processos para organizações locais que se vão constituindo.

Costumo dizer que a Associação “In Loco” é um pouco a história da sopa de pedra. Tentamos que se faça uma sopa com os vários ingredientes que existem, mas que não estão efectivamente combinados, e nós só pomos a pedra como pretexto para que se lhe juntem os outros elementos. Estando a sopa feita, retiramos a pedra e vamos fazer outra noutro sítio. Tem sido esta a nossa forma de trabalhar, com transferências sucessivas dos processos para organizações locais mais ou menos informais.

Neste sentido, o nosso contacto com os estabelecimentos de ensino tem sido bastante regular nuns sítios, noutros mais esporádico. Em contraponto com as experiências muito interessantes apresentadas na

sessão anterior, esta é uma experiência que aposta numa sociedade educativa, em que a iniciativa surge da comunidade, de fora da escola, mas que tenta, sempre que possível, associar a escola a uma parceria local de melhoria e de alargamento do serviço público. A educação de adultos é aqui fundamental, eixo basilar para um processo educativo em todos os meios e muito especialmente no rural.

São processos educativos que têm que basear-se em projectos imediatos de satisfação de necessidades. É isso que mobiliza as populações e é isso que permite, com uma animação constante, transformar projectos dispersos - uns que resolvem o problema do emprego aqui, outros que resolvem o problema das crianças acolá - num plano de acção e de desenvolvimento local coerente. Havendo essa coerência podemos seguidamente planificar a educação-formação para aquele território, que se poderá transformar num território educativo, base de uma parceria educativa onde estará a escola, sem dúvida, e também muitos outros agentes sociais da comunidade.

Não quero alongar-me mais. Muito obrigado pela atenção.

Dr.ª Ernestina Sá

Directora Regional de Educação do Alentejo

Começo por saudar os presentes e agradecer o amável convite que me foi dirigido para integrar este painel. Farei com muito gosto a abordagem desta problemática, tanto mais que a mesma se reveste da maior actualidade e com incidências significativas nesta região.

Procurarei fazer uma breve reflexão sobre se e como a educação escolar pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais, não se assumindo essa educação como motor desse mesmo desenvolvimento, mas construindo esse desenvolvimento em diálogo

permanente e envolvente dos diversos actores e tendo em conta as dinâmicas endógenas inerentes a um processo de cariz eminentemente social.

Na verdade, alterações significativas têm-se verificado no mundo rural, obrigando a repensar o papel da educação. Já hoje aqui foi referida a queda demográfica, o êxodo rural, o conseqüente crescimento das áreas metropolitanas, a desertificação humana do interior e a demanda do litoral, as novas acessibilidades do interior, a nova política agrária resultante da integração no espaço comunitário europeu. Se, por um lado, todos estes factores condicionam, determinam, por outro, o repensar da educação em meio rural, abrindo novas perspectivas ao seu relacionamento e interacção permanente com as comunidades rurais. E o que é ser Directora Regional de Educação num território desta natureza?

Tudo isto me levou a escolher três estratégias, ou três formas de intervenção, em que a Direcção Regional tem apostado no pressuposto de que a educação pode ser indutora do desenvolvimento dos meios rurais, estabelecendo redes de articulações horizontais potencializadoras e construtoras do desenvolvimento integrado e partilhado.

A primeira estratégia ou forma de intervenção é a da educação pré-escolar itinerante. Já foi hoje aqui referida a falta de condições para a criação de jardins de infância em meio rural, nomeadamente o reduzido número de crianças dos 3 aos 5 anos e a sua dispersão em termos residenciais. Estes factores levaram à experimentação desta modalidade, cuja concretização tem passado por um processo de cooperação com as autarquias e de interacção com as populações locais.

A deslocação das educadoras de infância itinerantes, transportando os materiais educativos e fazendo, por vezes, a recolha e redistribuição das crianças, tece uma rede de relações de confiança e promove a

animação comunitária favorável ao desenvolvimento pessoal e social. Os pólos de educação itinerante constituem-se em locais de formação-informação em áreas como a higiene, a saúde, a alimentação, com real interesse e efectiva participação das populações isoladas e permitem, por outro lado, a participação dessas populações em actividades de transmissão dos seus saberes, revitalizando uma cultura popular.

Segunda estratégia, ou forma de intervenção: a escola básica integrada. A rede de escolas primárias construída com o objectivo de fazer chegar a escola onde houvesse crianças para escolarizar, satisfazendo anseios legítimos da população e respondendo a exigências qualitativas que se prendiam com as dificuldades de acessibilidade, não se afigura já adequada à realidade. Aliás, já hoje de manhã foi referido que a Direcção Regional de Educação do Alentejo tem cerca de 600 escolas do 1º ciclo, das quais 10% têm um número igual ou inferior a 5 alunos, 20% têm entre 5 e 10 alunos e 15% tem entre 10 e 15 alunos. Esta realidade obriga a um reordenamento da rede escolar e à sua reestruturação conducente à criação de escolas básicas integradas.

Desencadeou-se a partir de 90/91 um processo que considero irreversível, assente em critérios educativos, nomeadamente os que visam estimular e aumentar a apetência social para a nova escolaridade básica de 9 anos, contribuir para a melhoria qualitativa da prestação da educação e do ensino como serviço público, o estabelecimento de uma cooperação mais eficaz entre os professores dos 3 ciclos do ensino básico, quando não também entre aqueles e os educadores de infância.

A criação da escola básica integrada assenta, para além dos critérios de natureza pedagógica, também em critérios estruturantes, baseando-se na determinação de um território educativo e não obrigando por si só a

fechar escolas com um número mínimo de alunos aleatoriamente definido.

O modelo mais frequente nesta região é o que contempla a concentração parcial, estando os vários pólos, pequenas escolas básicas rurais ou jardins de infância, ligados a uma escola sede que promove a gestão integrada dos recursos humanos e dos recursos físicos disponíveis em função de um projecto educativo comum, concretizado através de actividades planificadas anualmente.

O processo de criação faz-se em diálogo com as autarquias locais, procurando-se encontrar para cada território educativo as soluções mais ajustadas. Criar uma escola básica integrada é como criar um sistema de vasos comunicantes, em que a interacção é permanente e o espaço assim constituído favorece as relações sociais, esperando-se que contribua para o desenvolvimento de uma nova cidadania.

O projecto educativo das escolas básicas integradas visará a revalorização das áreas rurais isoladas, procurará preservar as suas fontes de bem-estar, apostará certamente em incentivar outras actividades que não só a agricultura, tais como o turismo rural, as artes e ofícios tradicionais, as iniciativas locais para o fomento do emprego, abrindo novos horizontes profissionais aos que lá vivem e também àqueles que lá desejam vir a fixar-se.

A acção transformadora e a abertura de novos caminhos de desenvolvimento passarão pela integração e participação na escola básica integrada dos diversos intervenientes locais considerados como recursos preciosos e pela passagem da instituição escolar a pólo educativo atractivo e de real interesse para as populações que depositam confiança nas suas potencialidades específicas.

Terceira estratégia, ou forma de intervenção: a educação de adultos, a educação extra-escolar e o movimento associativo. A urgência em se

apostar na educação de adultos, nomeadamente no recurso à educação extra-escolar, resulta da persistência de uma elevada taxa de analfabetismo, mesmo literal, nesta região, afectando sobretudo grupos que em meio rural são predominantes: idosos, mulheres e trabalhadores agrícolas.

Estamos perante uma população que, na generalidade, tem graus de habilitação académica baixos, com implicações e consequências negativas profundas, quer ao nível da mão-de-obra com fraca formação, quer ao nível do exercício dos direitos de cidadania. Torna-se, portanto, imperioso melhorar o nível educativo-formativo da actual população adulta, melhoria essa que não passa por soluções meramente escolares, mas sim pelo incremento de acções de educação extra-escolar, que contribuam para o desenvolvimento local e para a revitalização da cultura popular, o apoio às associações de desenvolvimento local e de educação popular e a animação das bibliotecas de pequena comunidade.

A valorização do papel dos agentes de educação extra-escolar como agentes de desenvolvimento local e a criação de redes de informação e de comunicação e de espaços de sociabilidade em que se aposte na formação profissional do adulto enquanto formação global do indivíduo, preparando-o para se mover e para lidar com uma nova realidade, são estratégias inquestionáveis que contribuirão para o desenvolvimento das comunidades rurais nas vertentes quer económico-laborais, quer educativo-culturais.

Os meios rurais onde se concentram sinais agudos de crise sócio-económica merecem a atenção especial que este seminário lhes quis dar, contribuindo para que renasça a esperança nas suas potencialidades e vingue a crença de que têm futuro.

Procurei testemunhar vivências em que acredito e que tenho tido o privilégio de partilhar com muitos, que têm ajudado a tecer esta teia complexa de interacção permanente escola-comunidade local.

Dr. Carmelo Aires

Tivemos oportunidade de assistir à descrição de três experiências ditadas por vivências diferentes, eventualmente comuns nalguns aspectos. O Prof. Eduardo Figueira, docente da Universidade de Évora e que durante algum tempo estagiou nos Estados Unidos, onde teve ocasião de conviver com sistemas de ensino e formação entre a universidade e o meio envolvente, agricultores, etc., num estado americano. O Dr. Alberto Melo, que tem uma experiência notável a nível das associações de desenvolvimento local de uma zona das mais difíceis e das mais carenciadas de Portugal. A Dr.^a Ernestina Sá que, para além da sua experiência como professora, tem desde alguns anos a esta parte a sua experiência na gestão e administração de um sistema escolar formal. São perspectivas diferentes do mesmo tema, como encarar os aspectos da educação escolar no meio rural, atendendo às especificidades desse mesmo meio.

Como os intervenientes no painel foram exemplares no cumprimento do tempo, resta-nos ainda espaço para alguns dos presentes poderem colocar questões, pedir esclarecimentos ou fazer comentários.

Dr. José Cândido Rodrigues

Estas reuniões são muito um acontecimento mundano em que se encontram pessoas e se fazem novos conhecimentos. É bom que assim seja.

São muito, também, um muro de lamentações e um amortecedor de tensões. O sistema até gosta que assim seja, porque as pessoas chegam aqui, dizem da sua dor e pesar, partem para continuar o seu trabalho e tudo vai permanecer na mesma. Estes encontros raramente são o que deveriam ser: uma reflexão certa e ajustada de onde possam sair soluções reparadoras e projectivas para o que vier a acontecer no futuro. Penso que estas intervenções deram contributo suficiente para que este encontro não seja um amortecedor de tensões.

Quero colocar em destaque a alocução do Prof. Eduardo Figueira, muito embora ele tenha uma visão céptica do que é o mundo rural, com a qual eu não comungo, porque tenho esperança de que haja retorno, retorno esse que - como disse, e bem - nunca se fará só com a escola, mas nunca se fará sem ela.

Da muito diplomática intervenção do Prof. Eduardo Figueira eu penso que há que relevar de uma forma mais clara o seguinte: o sistema educativo é, ele por ele, o sustentáculo dos diversos poderes, não interessa quais, que sempre fazem do sistema educativo o seu próprio sustentáculo. A escola, por isso, em vez de ser projecto é reflexo. A escola, por isso, em vez de ser produtor é reproduzidor. A escola tem uma natureza curricular académica, que obriga a eleger do passado um corpo de conhecimentos com que se organiza um “capacete” muito coerente que fica a constituir o programa. Os programas espelham a concepção da escola conveniente e isso é determinante para os interesses do poder que, periodicamente, nos manda perguntar se estamos ou não a cumprir convenientemente os programas.

Penso que esta intervenção abre, de facto, para uma escola e para um desenvolvimento curricular cuja natureza forneça aos alunos ferramentas de sobrevivência - característica em que colocou claramente a tónica.

Mais, que esses alunos sejam capazes de adquirir capacidades de intervenção e de transformação social. Mais ainda, que esses alunos tenham uma grande competência problematizadora.

Ora, se a escola funcionar com estas dinâmicas, penso que será, ela por si, capaz de ajudar grandemente à restauração da dignidade, da importância e das eficácias que poderemos encontrar no mundo rural. As megacidades são hoje específicas do terceiro mundo - Bombaim, Cantão, Xangai, Cidade do México.... A tendência é um pouco de fugir à pressão da cidade e procurar o espaço ameno e deleitoso que só o campo, o sol, o espaço rural pode oferecer.

Em relação ao Senhor Doutor Alberto Melo, se me desse licença permitir-me-ia apor mais uma citação nas que nos trouxe. É uma citação muito antiga, que encontramos no Auto da Barca do Purgatório, em que Gil Vicente, quando se refere aos agricultores, diz: nós somos a vida das gentes e a morte das nossas vidas. Já nessa altura era assim!...

Prof. Doutor Fernando Regateiro

Uma pequeníssima intervenção relativamente à afirmação do Professor Figueira sobre a necessidade da regionalização com vista a que a Universidade chegue ao meio rural. Penso que, para tal, a autonomia universitária é mais do que suficiente. O que está em causa é a necessidade de uma alteração de comportamento dos universitários, no sentido de olharem mais para o lado que está bem próximo deles. Não é através da regionalização que se altera este comportamento.

José Gualberto Freitas

Foi com muito gosto que adquiri alguns conhecimentos e vi referidas algumas situações, concretamente as questões da desertificação do meio rural. Também constatei que se tem a noção que o meio rural está quase maioritariamente associado ao sector primário.

Vi, por outro lado, que foram feitas algumas considerações acerca de alguns possíveis malefícios que as comunicações e as novas tecnologias de informação acabam por provocar nas comunidades rurais e na cultura que elas têm.

Penso que com os desenvolvimentos que a este nível se têm verificado, poderá haver alguma possibilidade de, utilizando exactamente estas mesmas tecnologias de comunicação e de informação, haver a hipótese de grupos altamente especializados poderem fugir das grandes cidades e do inerente “stress”, deslocando-se para o meio rural e para o interior. Com as possibilidades técnicas que existem neste momento, é praticamente possível estar tão perto de todo o mundo no Terreiro do Paço como na aldeia mais afastada de Trás-os-Montes.

A possibilidade de um qualquer local poder fazer esta ligação permitiria talvez haver uma outra componente que poderia ajudar a inverter esta situação, que seria a de pessoas altamente especializadas, dedicadas ao sector terciário, viverem em comunidades mais ou menos afastadas geograficamente, fugindo aos problemas das metrópoles e ao tipo de vida individualista que lá se vive, partindo para formas de convivência mais ou menos comunitárias.

Mesmo cá em Portugal há algumas experiências nesse sentido, em aldeias da Beira Interior. Estranho é que, na maior parte dos casos, sejam cidadãos de outros países europeus que estão neste momento a participar nestes projectos mais ou menos por iniciativa própria. O

acesso à informação e as possibilidades de saber como isto é exequível é questão fundamental.

Constatei também com agrado, num intervalo, que hoje o Governo disponibilizou um pacote significativo de financiamento que penso que avança de alguma forma neste sentido.

Esta questão da passagem da ruralidade ligada directamente ao sector primário directamente para o sector terciário, com núcleos de grande especialização dos indivíduos, poderia ajudar a tentar recuperar ou minorar as possíveis perdas da cultura e o abandono dessas pequenas comunidades.

Muito obrigado.

Dr. José Gazimba Simão

Gostaria de, a título de conclusão deste seminário, muito rapidamente avançar com alguns pontos que sintetizam o que eu aprendi aqui hoje.

- Quer existam ou não subsídios, quer exista ou não a PAC, quer existam ou não incentivos sem produção, penso que há que concluir que a agricultura e o mundo rural serão sempre a característica do Alentejo. O homem alentejano é e será sempre rural, é essa a sua matriz, velha de centenas de milhares de anos.
- A importância que também terá que vir a ter a regionalização entendida como redistribuição de poder, subsidiaridade, criar autonomia e dar a quem está no terreno os meios para poderem reflectir e agir. É cada vez mais um vector fundamental, que felizmente vamos progressivamente aprendendo.

- Penso que a educação como vantagem comparativa no Alentejo tem algum sentido, uma vez que com a nossa forte identidade e não tendo problemas muito graves a nível de fenómenos suburbanos e grande saturação de pessoas, ela pode ser a parceira perfeita do desenvolvimento local. Quiçá pode ir à frente, uma vez que junta o pré-escolar com o básico, educação de adultos, terceira idade, sendo um denominador comum dessas pessoas todas.

Prof. Doutor Eduardo Figueira

Tentarei ser breve, fazendo alguns comentários e tentando dar algumas respostas às perguntas formuladas.

Não pretendi transmitir, de forma alguma, uma imagem catastrófica do meio rural. Pretendi alertar para eventuais irreversibilidades; se não reflectirmos profundamente sobre o que está a acontecer, se calhar chegaremos ao ponto da inexistência de que se falou de manhã. Mas, mantenho a esperança de que tal não venha a acontecer; dentro do limite do meu pequeno contributo, tudo farei para que isso não aconteça.

É necessário que a educação consista na preparação das pessoas para serem livres de tomar, nas suas mãos, a decisão do seu destino, para que os indivíduos possam efectivamente contribuir para a solução dos problemas com que se deparam no dia-a-dia na sua comunidade.

Quanto à questão do Sr. Prof. Fernando Regateiro da Confap, devo dizer que a regionalização nada tem a ver com a universidade no que se refere ao âmbito e espaço de actuação. A universidade não é regionalizada; por definição a universidade é uma instituição universal e, portanto, a Universidade de Évora não é alentejana, é nacional, e

mesmo internacional. O que eu digo é que, para que a educação seja um contributo sério para o desenvolvimento do meio rural no Alentejo, tem de se fazer, a nível regional, o cruzamento das políticas sectoriais com a política educativa e, mais do que isso, deverá fazer-se um esforço de coordenação, de forma a que haja integração na aplicação das diversas políticas sectoriais. Tal só é possível quando existe uma efectiva aproximação da tomada de decisão à execução.

Em termos mais filosóficos, as pessoas têm o direito de tomar o destino em suas próprias mãos e, portanto, ao aprender vão andando no sentido de conseguir decidir sobre aquilo que é melhor para elas. Não penso que se possam traçar políticas eficazes para o Alentejo a partir de Lisboa iguais às políticas para o Minho ou Trás-os-Montes. Não discuto que tipo de regionalização, pois há muitos, evidentemente; o que afirmo é a necessidade de a fazer.

Quanto às novas tecnologias, estamos, sim, a utilizá-las para a educação rural. O exemplo concreto é o ensino a distância, onde a Universidade de Évora está a avançar, embora esteja apenas no início.

Dr. Alberto Melo

Há alguns pontos que gostaria de relevar nos comentários feitos:

Os conceitos meio rural e agricultura não são efectivamente de modo nenhum coincidentes. Há agricultura sem haver ruralidade, há países de muita agricultura que já não têm meio rural: os Países Baixos, o Norte da Bélgica, grande parte da Dinamarca, o Sul de Espanha, a Andaluzia, são exemplos de agricultura petroquímica, de indústria, que por acaso produz alimentos.

Por outro lado, em minha opinião não haverá meio rural sem agricultura, pelo menos sem uma base social, económica e ambiental que se fundamente numa agricultura simultaneamente de subsistência, auto-consumo e excedentes para o mercado, quer tentem ou não competir nos mercados mundiais. Há três níveis de economia, embora a ideologia dominante pretenda dizer que só há uma, que é a economia-mundo: a doméstica, a local e a tal economia-mundo que, embora esteja a crescer, não é de modo nenhum ainda majoritária nas sociedades de hoje.

O mundo rural e a ruralidade é uma forma de ocupação do terreno, é uma forma de organização da produção e da vida social, que começa a ser rara nos países mais industrializados. Portugal ainda tem algum tecido rural e creio que, se o soubermos manter, melhorar e reforçar, será um dos grandes trunfos enquanto vantagem comparativa num futuro muito próximo.

É um recurso raro, que vai ser cada vez mais procurado, até para instalações de empresas de “software”, para quem a distância física não é obstáculo, com o contributo do tele-trabalho. Tudo isso se poderá vir a instalar em zonas de grande qualidade ambiental, se tivermos a inteligência suficiente para entretanto não as destruímos. Esse terciário não virá certamente para um concelho transformado em coutada de caça, não virá para um concelho transformado em eucaliptal ou em monocultura do girassol, ele virá para uma paisagem humanizada, ajardinada pela agricultura de exploração familiar de micro-escala, de grande qualidade e é isso que Portugal tem que apresentar na competição actual entre países como uma das nossas grandes diferenças qualitativas.

Quanto à educação itinerante, gostaria muito rapidamente de falar numa experiência que ajudámos a lançar na zona de Alcoutim, Guadiana-Vascão Nordeste Algarvio, em parceria com o Ministério da Educação e com educadoras por ele destacadas. O nosso projecto foi

parceiro na medida em que colocou à disposição um carro e algum apoio logístico. A experiência a nível do Ministério acabou, mas nós conseguimos de certo modo mantê-la graças ao apoio de uma fundação holandesa. Evoluiu até no sentido de uma ludoteca itinerante, com uma carrinha tipo Ford Traffic - passe a publicidade! - equipada com jogos, brinquedos, etc., que visita regularmente montes e aldeias, trabalha com as famílias, com elas deixa instruções e demonstrações de como utilizar os equipamentos e todas as semanas regressa aos mesmos pontos, onde fica 2-3 horas. Este projecto já não é nosso, foi muito bem apropriado pela Escola Básica Integrada de Alcoutim. O veículo é-lhes por nós cedido temporariamente, servindo também de veio de transmissão entre a E.B.I. e as outras escolas do concelho, transportando materiais pedagógicos em rede entre elas.

A experiência foi bastante bem sucedida, de tal modo que os concelhos de Mértola e Almodôvar já adoptaram o mesmo esquema de ludotecas itinerantes. Graças ao Programa LEADER adquirimos as carrinhas e pusemo-las à disposição desses concelhos. É um processo de serviço móvel em habitat disperso.

Creio que é mais um exemplo de que não podemos transplantar soluções da cidade para o campo, temos que encontrar as soluções que efectivamente sejam adequadas às realidades locais. De tal modo foi este sistema bem sucedido, que actualmente o Presidente da Câmara de Alcoutim, inspirando-se neste modelo, já criou um posto de saúde itinerante, em que o enfermeiro vai numa carrinha com alguns equipamentos fazer tratamentos primários, diagnósticos, etc., aos montes mais isolados no concelho.

Um parêntesis em relação à questão do terciário. Não podemos pensar no rural como o regresso ao século XIX, ninguém quer isso e muito menos as populações que viveram na pele a fome e a miséria, queremos um meio rural aberto ao século XXI e tudo o que é inovação tecnológica tem todo o sentido, assim como o termos centros de

investigação próprios. É este um apelo às universidades para que, para além da investigação que fazem para multinacionais e para a grande escala, para a tal economia-mundo, façam também investigação para a pequena escala, para a pequena dimensão, para a exploração familiar rural.

É fundamental a introdução da informática e da telemática nos meios rurais, não como mais um jogo qualquer que cai do céu, mas como algo que se integre num processo de desenvolvimento em curso. Nós resistimos muito à formação em informática para jovens nas aldeias em que trabalhávamos, para não ter o mesmo problema dos 30 canalizadores, de que há pouco se falou e que para encontrar emprego terão de abandonar a aldeia... Começámos a formação em informática há muito pouco tempo, porque entretanto já conseguimos criar alguns postos multi-serviços com um computador, um fax, onde as pessoas podem ir fazer a gestão das suas pequenas empresas ou pedir tratamento de texto, porque têm que escrever uma carta ou conseguir um cartaz ou logotipo para a sua empresa. Na medida em que começa a aparecer uma procura local, então parece que sim, que será importante criar estes centros e ter pessoas minimamente qualificadas e para isso formadas.

Por fim, houve há pouco uma referência ao anúncio de um novo programa de apoio ao desenvolvimento local. Oxalá! A minha opinião é que me parece que actualmente se anunciou uma espécie de “paella” em que os ingredientes já existiam todos. Talvez aquilo que o Governo nos deu a mais foi o arroz, porque o resto já aí estava, pelo menos é essa a minha interpretação. É um programa que me parece também de realidade virtual, porque os 170 milhões de que se fala são dinheiros do INTEREG, do LEADER, etc., e não sei o que traz de novo, além talvez de uma tentativa de controlar um pouco mais de perto o desenvolvimento local e de o centralizar mais, mas isso será certamente objecto de novo colóquio.

Dr.^a Ernestina Sá

Só farei dois breves apontamentos.

No que diz respeito ao desafio feito à Direcção Regional para a realização de seminários sobre este tema, lançava o repto para outro lado, já que a Direcção Regional procura dar espaço às escolas, para que sejam elas a tomar iniciativas desta natureza. Podemos apoiar, dar o nosso contributo, mas estão aqui presidentes de conselhos directivos, estão aqui directores executivos, portanto porque não serem as escolas a organizar um seminário na sua área geográfica, em que a Direcção Regional poderá vir a participar, assim como as associações? A organização deste tipo de seminários para debate de temas considerados de interesse faz, aliás, parte do projecto educativo das escolas.

Por outro lado, os centros de formação de associação de escolas, recentemente constituídos, têm também por objectivo organizar seminários e encontros e, portanto, penso que é a sede própria para a sua realização. Não é a Direcção Regional escusar-se, mas, no âmbito da autonomia das escolas, pensamos que a Direcção Regional só deverá surgir se não aparecer o espaço que as próprias escolas criem para o efeito.

No que diz respeito às novas tecnologias de informação e de comunicação, que é outra preocupação da parte da Direcção Regional, queremos um homem rural num mundo rural, mas queremos que esse homem rural conheça, participe e viva da aldeia global, que seja um homem cidadão do mundo e não um homem somente cidadão daquele pequeno meio rural.

Nessa perspectiva, temos vindo a desenvolver também alguns projectos que penso poderem vir a consolidar-se. Citava, a título de exemplo, o caso da E.B.I. do Crato. Temos um projecto de telemática ligando esta Escola Sede a outros pequenos pólos rurais, em que os alunos do 1º ano de escolaridade trabalham e se articulam directamente com os seus colegas situados a algumas dezenas de quilómetros através daquela rede.

Na Escola Básica e Secundária de Mértola, temos um projecto em desenvolvimento de técnicas de meios audiovisuais. A própria escola tem um processo interno de televisão, cria programas e trabalha-os com os seus técnicos de televisão e, por outro lado, também forma professores e outros agentes locais. O centro de formação de associação de escolas de Mértola, no ano passado, fez acções de formação na área dos meios audiovisuais e da sua utilização, usando o equipamento de que a escola dispõe.

São algumas experiências que dão voz ao desejo de não termos os jovens deste mundo rural afastados das outras realidades, das outras inovações, das novas tecnologias de informação e comunicação. É preciso preparar estes cidadãos para serem cidadãos de corpo inteiro.

Dr. Carmelo Aires

Muito obrigado.

Terminámos este painel. Não vamos fazer intervalo e passamos de imediato à Sessão de Encerramento.

Pedia ao Senhor Professor Ilídio do Amaral e à Sra. Dr.^a Celeste Patrocínio, Secretária-Geral do Conselho Nacional de Educação, para virem até à mesa e nela tomarem lugar.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Dr. Carmelo Aires

Fui de certo modo o anfitrião desta reunião do Conselho e não tive oportunidade de cá estar na abertura, o que para alguns dos participantes se poderá eventualmente afigurar como prova de menos consideração. Não é nada disso. Como penso que o meu Vice-Presidente referiu, tive hoje que me deslocar a Alter do Chão para tomar parte naquela sessão que há pouco aqui foi falada, onde foram anunciadas medidas que podem ser importantes para o desenvolvimento do mundo rural. Nessa perspectiva, o meu Vice-Presidente representou-me.

De qualquer maneira, não queria deixar encerrar este seminário sem agradecer ao Conselho Nacional de Educação e ao seu Presidente a aceitação do convite que a Comissão de Coordenação fez para que este se realizasse aqui no Alentejo.

Pensamos que a problemática do desenvolvimento rural e do ensino em meio rural talvez tenha maior acuidade e maior expressão no centro de reflexão e laboratório vivo que é o Alentejo, uma das razões que me levaram a fazer o convite, quando se colocou a questão de organizar tal seminário.

A minha satisfação foi dupla pelo facto de que a Comissão de Coordenação, ao longo dos anos e quando não havia ainda estruturas regionalizadas do Ministério, sempre ter dedicado ao sector da educação e do ensino uma atenção muito especial. Produziram-se nesta casa um conjunto de trabalhos, desde diagnósticos sectoriais até a propostas de rede escolar, de relançamento do ensino técnico-profissional, algo que hoje já não tem tanto sentido ser dinamizado e promovido por nós, que nos colocamos, neste momento,

numa atitude de colaboração com as estruturas oficiais e não-oficiais do ensino. Qualquer coisa que se realize nesta casa e no Alentejo neste sector é para nós muito gratificante.

De qualquer forma, os meus agradecimentos também pela vossa participação e pedia ao Senhor Professor Ilídio Amaral para fazer o encerramento e as minhas desculpas por mais estes momentos que lhes tomei.

Prof. Doutor Ilídio do Amaral

Breves palavras para encerrar esta sessão.

Em primeiro lugar, em nome do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, renovados agradecimentos ao Senhor Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo pelo convite e pelo acolhimento feitos para a realização deste Seminário.

Agradecemos igualmente aos Senhores Oradores, Comentadores e Moderadores e às pessoas que aqui estiveram todo o dia atentas e participativas.

Foram cumpridos os objectivos do programa e sobretudo apraz-nos verificar que foram tomadas em devida conta as palavras do Senhor Presidente do CNE, lidas pela Senhora Secretária-Geral.

Estas reuniões, posso dizê-lo pela experiência de muitas outras, têm objectivos que esta conseguiu atingir - de um modo informal, a troca de ideias e de informações pertinentes sobre os temas propostos; o compromisso da difusão dos resultados conseguidos. Relevamos, por exemplo, as palavras da Senhora Directora Regional de Educação, no sentido de as escolas aceitarem o desafio de encadeamento em processos de esclarecimento, multiplicando assim a difusão dos

resultados deste seminário e obtendo novos dados. Consideramos isso extremamente importante.

Estamos em Junho de 1995 e das muitas reuniões que têm havido sobre esta matéria, recordaria que há precisamente 8 anos se realizou o II Colóquio Europeu sobre o Futuro do Mundo Rural, em Lisboa. Dele saiu uma declaração final, da qual constavam 29 pontos recomendados à consideração do Conselho da Europa. Enunciaremos, de memória, os 6 grandes capítulos que os englobavam: Património cultural e natural do mundo rural; cidades, aldeias e planeamento rural; problemas sociais no mundo rural; agricultura; novas actividades; o diálogo entre a cidade e o mundo rural.

Temos acompanhado estes problemas e podemos dizer que, de 1987 a 1995, pelo que hoje ouvimos, houve caminho andado.

Voltamos a solicitar, em nome do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, àqueles que aqui apresentaram comunicações e comentários que entreguem os textos. É extremamente importante que se publiquem as actas. Aí está um documento que, naturalmente, haverá todo o interesse em distribuir pelas escolas. Os seus directores, os responsáveis por áreas escolares que porventura não tenham tido conhecimento das edições do CNE e que hoje as viram expostas, poderão dirigir-se à Senhora Secretária-Geral, que certamente fará os possíveis para que estas possam ser distribuídas pelos mais interessados.

Pessoalmente queremos agradecer a atenção dos presentes e o ambiente de simpatia que rodeou esta reunião, que nos faz regressar a Lisboa reconfortados com a ideia de que tivemos um dia de trabalho esclarecedor e importante, com reflexões do maior interesse e também com dúvidas, sobre as quais todos continuaremos a exercitar as nossas capacidades de pensar os problemas.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Pediremos ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação que promova outra reunião, cujo tema será, como muitos sugeriram, sobre o “Alentejo profundo”.

Muito obrigado.

